**ATA N° 008/2023**

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2023, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões do Centro Cultural, no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, no centro da cidade, os (as) conselheiros (as): Maria Alice Julio Batista, Vanessa Lopes, Rita de Cássia Padoin, Andrei Leandro, Adroaldo Luiz Apolinário, Ana Paula Zappelini, Edna Zanin Lopes, Magali Albino, Henrique Viana da Silva, Marcia Echamendi Possamai, Mauro Paes Correia e Sergio Roberto Maestrelli, as técnicas do conselho Marielle Bonetti, Michelle Bonetti e Marlene Zannin. Também participaram o advogado, colunista do jornal Vanguarda e produtor audiovisual Luciano Schimidtz, o Secretário de Cultura, Turismo e Esporte, senhor Paulo Henrique Savio, a Diretora de Cultura senhora Liz Regina Zapelini De Bona, o Diretor de Turismo, Gilmar Trevisol e a senhora Andreia Debiasi, representante da Empresa Debiasi, para a oitava reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. Não estando presentes e sem justificativas: José Carlos José e Manuela de Souza Fretta. A presidente iniciou a reunião dando boas-vindas aos Conselheiros, convidados e proferiu a pauta pré-estabelecida:

Seguindo a pauta, a presidente expôs aos presentes, como sendo esta a última reunião do ano, a apresentação da Câmara de Legislação e Normas fará a sua apresentação na próxima reunião que acontecerá em fevereiro de 2024. A referida apresentação deveria acontecer nesta data, porém não acontecerá em virtude de contratempos da equipe. Marlene se justificou informando que seu computador estava com problemas técnicos, por isso não ficou pronta a apresentação em tempo hábil. A presidente deixou bem claro que a responsabilidade desse material é dos Conselheiros Mauro e Magali, pois Marlene é a técnica do Conselho e não Conselheira, mas agradeceu seus esforços. Continuando, cobrou do Conselheiro Mauro sobre a publicação das atas que deveriam estar na página oficial da Prefeitura. Mauro justificou-se dizendo que já está providenciando essa aba da cultura dentro da página da Prefeitura e que até sexta-feira dia oito de dezembro estará pronta. O secretário Paulo Henrique disse que a Prefeitura já está providenciando a página, que estão acatando todos os pareceres do conselho para tomar as devidas providências. A Presidente deixou bem claro que as demandas foram se acumulando em virtude de não serem executadas pela Administração Pública, conforme documentos enviados nas mais variadas datas, desde a primeira reunião do Conselho em maio. Deixou claro também, que pelo fato de estarem sem os ocupantes das pastas da cultura e do turismo para pôr em prática, acabou ficando o acumulo para essa nova gestão cultural. O Secretário pediu um pouco de paciência aos conselheiros, pois como a equipe é nova, estão ainda se ajustando para conseguir atender as demandas solicitadas, que estão contribuindo para que as coisas aconteçam. Manas disseram que os conselheiros estão trabalhando voluntariamente desde maio e sabem que a equipe é nova, porém com o acumulo das demandas, estão tendo que lidar com a Lei Paulo Gustavo que foi lançado no dia vinte e nove, tendo apenas três dias úteis para fazer e entregar o projeto. Deixaram bem claro que quem está ciente e entende um pouco de projetos está com dificuldades, imagina a população que não tem acesso ao sistema ou não entendem do processo. Deram exemplo, como das mulheres agricultoras, representantes de bairros, associações e outros que nunca colocaram projetos. Que o site é meio falho, pois fazendo uma busca não se consegue encontrar os editais, “se nós que entendemos um pouco de projetos não estamos encontrando, imaginem esse pessoal que não está acostumado a lidar com isto”. Sendo assim, “vejam a quantidade de projetos e oportunidades que estamos perdendo”. A Presidente interrompeu para dar continuidade a pauta, deixando este assunto do edital para o final. Continuando, cobrou do Senhor Paulo Henrique sobre as demandas que foram encaminhadas para a Secretaria de Cultura através do ofício nº 014 de 07 de novembro de 2023 e que até o momento não obtivemos resposta. Disse que entende e tem a noção de que a equipe está começando, porém tem que dar andamento ao que ficou pendente. Em relação às inscrições na Fundação Catarinense de Cultura, a mesma solicitou do senhor Paulo explanação de como está o andamento da mesma, pois tem data limite. Paulo Henrique informou que está tudo dentro do esperado as demandas. Maria Alice disse que é sobre uma situação específica. Fez uma retrospectiva para lembrá-lo dizendo que tudo isto que está sendo cobrado, foi deliberado na Conferência Municipal de Cultura realizada em setembro ao qual o mesmo estava presente, que o relatório foi entregue pronto para o setor da cultura, para que possa ser inscrito à Fundação Catarinense de Cultura de acordo com o Regimento, disse ainda que o conselho não pode enviar essa documentação em virtude de ser função da gestão, entrar no site e encaminhar. Paulo Henrique informou que até onde ele sabe está tudo ok. A presidente colocou que se estivesse tudo certo e as inscrições feitas, os(as) delegados(as) receberiam um comunicado, que até o momento não receberam. O Secretário falou que os delegados não irão participar da Conferência Estadual em virtude de o município não ter verba para as diárias. A presidente informou que o Município só vai arcar com o deslocamento, pois o Estado arcará com as estadias e alimentação dos delegados. O Secretário perguntou se pode ser feita substituições dos delegados. A presidente informou que o que se delibera em conferência não poderá ser mudado. Ana Paula deixou claro ao secretário que essas pessoas foram eleitas numa conferência. Uma substituição, só em caso de o titular não puder, aí vai o suplente eleito. A presidente relembrou que foi enviado o ofício das demandas com as prioridades e essa era uma delas, ou seja, foi colocada as prioridades com escalonamento e nesse escalonamento de demandas, esse é prioritário. A mesma só não lembra a data final para esse entrega. Ana Paula olhou no sistema da Fundação Catarinense e a data é até 15 de dezembro. A presidente lembrou também do relatório da Aldir Blanc II, dizendo que esse é muito fácil, pois tem um modelo no MINC e a data final é até 11 de dezembro, que a Lei Paulo Gustavo contemplou mais o audiovisual, mas que com a Lei Aldir Blanc, estão solicitando uma abertura maior para as demais áreas. Lembrou também que a Lei Paulo Gustavo não precisa, porém a lei Aldir Blanc II tem que passar pelo Conselho, que é consultivo, para ser apreciada e votada, nem que seja uma reunião extraordinária, pois, já é lei. O Secretário ficou de verificar em relação as datas e dar um retorno. Em relação ao Plano de Ação, a presidente enfatizou que o Conselho realizou muitas tarefas que um conselho normal não conseguiria. Começando pelo Fórum Municipal de Cultura e pela Conferência Municipal, que traz embasamento para o nosso Plano. Fora as assessorias, as Leis que embasaram todo o sistema e as entrevistas em meios de comunicação para cobrar o andamento da cultura. Parabenizou o Conselho por ser atuante e pelo trabalho que até então vem sendo realizado. Sem a ajuda dos conselheiros, a Gestão da cultura não teria conseguido chegar aonde chegou. O Secretário agradeceu o empenho dos conselheiros, dizendo que estão se ajustando para que tudo saia conforme foi determinado por este conselho. Dando continuidade a Presidente abriu para esclarecimentos sobre o edital da Lei Paulo Gustavo. Iniciou falando como representante do conselho, funcionária da cultura, representante do Comitê mais Cultura, como artista e como pessoa civil, participou das oitivas e que trabalhou com a equipe finais de semana, feriados para poder moldar o que o governo federal trouxe para Urussanga dentro da nossa realidade e atingir o maior número de pessoas possíveis. Lamentou o descrédito das pessoas que fazem cultura pelo fato de serem deixadas a Deus dará. Agradeceu os grupos de mães que apoiaram e ajudaram para que as oitivas funcionassem “temos atas, fotos dos encontros e das reuniões que comprovem o trabalho feito” colocou. Disse que foi cobrado da Diretora Renata na época e a mesma informou que não sabia como proceder, portanto, os conselheiros resolveram ajudar. “Todo esse material foi entregue em maio, tempo suficiente para o andamento, por isto que o conselho cobra para que as coisas andem e aconteçam” relatou. Falou sobre o Comitê Urussanga+Cultura e apresentou os integrantes: Maria Alice, Vanessa, Rita, Adroaldo, Augusto, Fabiola, Marielle, Michelle e Breno. Informou que essas pessoas estão à frente lendo as leis, debatendo e organizando as coisas, porque é muita informação. Ana Paula perguntou a Presidente para quem foi entregue o Plano de Ação na época? Já que quando citam que entregaram, não dizem para quem, que é importante dizer o nome da pessoa responsável que recebeu o documento. Maria Alice informou que entregou para a Diretora Renata. Dando continuidade em relação as dúvidas do edital LPG, Vanessa fez os seguintes questionamentos: Primeiramente, é o prazo. Muito curto1 “estamos nos desdobrando, trabalhando final de semana inteiro para conseguir entregar dentro do prazo”. Tem muita documentação, exigências, anuências que fica inviável num curto prazo desses recolher. Dependemos de outras pessoas para o andamento do projeto, que está ajudando a fazer vários projetos ao mesmo tempo, mas a questão da falta das documentações, acaba tendo que parar de fazer o projeto para correr atrás dos anexos. Prazo de sete dias é inviável, principalmente para aquelas pessoas que não sabem como fazer um projeto. O Secretário questionou sobre os projetos, se realmente precisaria ter o edital para executar os projetos, quando poderiam adiantar, que poderiam ter começado antes. Vanessa informou que sem o edital não tem como fazer projetos. Disse que trabalha com editais a mais de 20 anos. Deu exemplo de o porquê não ter começado o projeto antes do edital “um curta metragem por exemplo é até 15 minutos e no edital está pedindo de no mínimo 60 minutos. Para fazer um roteiro, ele é paginado, tem as falas, então levaria mais de um mês para fazer” e essa exigência do edital, já elimina qualquer possibilidade de ter uma obra de ficção, pontuou. Deu outro exemplo: Uma exposição tipo a das Manas, elas têm obras no Brasil inteiro e fora do País. Para elas conseguirem reunir essas obras, é inviável em uma semana. Por quê? Não temos nenhum equipamento cultural expositivo no Município. O Museu, não sabemos se está aberto ou fechado. Estão exigindo dois meses, como fazer isto nesse período? E tem mais questões: deve ser aberto ao público, mas se não temos o equipamento cultural, como vamos receber as pessoas? Disse que quando fizeram uma exposição do Rotary sobre a poluição do carvão, ficou um mês exposto, mas conseguiram o espaço de uma sala desocupada sem custo adicional através de um amigo. Então, tem várias questões que acabam dificultando. Continuando, citou mais um exemplo: Curso e capacitação para cinema. “Não temos uma sala com quarenta pessoas, com equipamentos como computadores, então como ensinar a editar um vídeo se não tem os equipamentos que rodem os programas?” Fica difícil. Essas exigências acabam baixando a qualidade dos serviços, quando não temos o que é necessário. Voltou a questionar no audiovisual a questão do videoclipe de 30 minutos é fora do padrão de mercado, geralmente um videoclipe é de 3 a 5 minutos e o valor não comporta um videoclipe de 30 minutos. Para trabalhar com um pouco mais de qualidade, com esse valor é inviável. Paulo Henrique concordou com as colocações da Vanessa e disse que essas reuniões são exatamente para isto, um entendimento do que está acontecendo. Disse que se o setor público já tinha um edital pronto, essa demanda já podia ter sido apresentada lá atrás. Disse que o projeto é uma planilha. Adroaldo disse que essa planilha é um modelo que é adaptado conforme demanda do Município, das oitivas. Paulo Henrique disse que esse momento e justamente para isto, para fazer as adequações. Assim, como o Estado tinha as suas exigências, o Município também tem, pontuou. Luciano disse que entende a fala do secretário Paulo, que os interessados poderiam ter começado o projeto antes do edital, ele mesmo vai apresentar um projeto juntamente com os músicos de Urussanga, mas para elaborar um projeto especificamente voltado para o edital, é necessário ter o edital em mãos. Que em setembro conversou com a Diretora Renata sobre o edital e a mesma informou que o edital sairia em uma semana e não saiu. Em novembro fez a mesma pergunta para o Xixo e o mesmo informou que em uma semana o edital seria publicado e não foi. Outro ponto: sete dias fere os princípios da razoabilidade, e da proporcionalidade e os editais têm que obedecer esses princípios. Outra coisa que chamou a sua atenção foi que não existe a possibilidade do recurso, “como não existe a possibilidade?”. Pergunta indignado. “Uma norma constitucional que é um direito de petição, que é o direito de defesa e o edital passa por cima de uma norma constitucional?.” Diz que conta com as questões legais desse edital. “Sabemos que chegaram agora, porém não estamos aqui para falar em relação a vocês, mas em relação ao setor público, a entidade que é o Município. O Município tinha condições de lançar esse edital muito tempo antes dessa data e com um prazo muito maior. Não sei porque não lançou!” Continuando informou que a Lei Paulo Gustavo foi prorrogada até o final de 2024. Com isto fica viável prorrogar o edital municipal também. Paulo Henrique disse que estão de olho nestas questões e que agora só faltam as assinaturas. Manas aproveitaram para dizer que o Conselho, desde o início sempre foi uma ferramenta de apoio à gestão, e mesmo não sendo conselheiras participaram de todas as reuniões. Questionaram que acham muito estranho, o conselho sendo essa ferramenta de apoio, só agora estão tendo essa conversa em relação aos editais, sendo que desde agosto o conselho está tentando essa conversação. Que precisa de um movimento para as questões emergenciais a serem resolvidas e não há uma eternidade para esperar a boa vontade das pessoas. “Temos que atuar como um instrumento de cobrança e fiscalização, porque o conselho não para, ele continua trabalhando”. Sobre os editais, “para quem faz cultura é diferente de por exemplo um clube de mães, das mulheres agricultoras. Elas não têm esse preparo, esse conhecimento para ter os projetos prontos. Acreditam que esses grupos não serão ouvidos nesse edital, pois não tem tempo hábil. Que sete dias na verdade viraram cinco, pois caiu com o fim de semana e que para dar conta, os interessados tiveram que trabalhar no fim de semana todo. Não se teve um tempo hábil para discutir, não teve a contrapartida da gestão para as oficinas de capacitação como teve na Aldir Blanc I, que a Vanessa deu e com isto vários projetos surgiram. Podemos dizer essa façanha revolucionou a história cultural de Urussanga com a Lei Aldir Blanc I, em função dessa capacitação.” Dissera, que na época não estavam em Urussanga, porém, puderam observar a quantidade de projetos que surgiram e foram executados a partir daquela capacitação. Estranharam que agora não estão tendo essas contrapartidas. Deram exemplo do edital do Estado, que também tiveram um prazo restrito e só tiveram dois projetos de Urussanga. Disseram que o edital de outras áreas do estado é menos complexo que o de Urussanga, que nem a planilha orçamentária foi pedido. No edital de Urussanga não tem uma categoria de artes visuais, estão tentando se encaixar em outras categorias. Na categoria de outras áreas tem de dois projetos para música, danças e outros, porém artes visuais não tem. Para se encaixar no projeto maior de exposição, “não dá para fazer uma exposição maior, em virtude de as obras estarem espalhadas pelo Brasil e exterior com isto quem vai pagar o frete para buscar e devolver” questionaram. Contando com o risco do seguro das obras. Com R$ 12.000,00 (doze mil reais) não se consegue fazer isto. Com esse valor se consegue executar apenas uma única obra para poder cumprir com todos os requisitos do edital. Porque não é só o nosso trabalho, tem o material, os profissionais envolvidos, tem os dez por cento de contrapartida de acessibilidade, contrapartida social, tem uma série de requisitos que precisam ser cumpridos. Falaram na categoria de preservação da memória que está restrita a povos colonizadores. Fizeram uma ressalva ao comentário do Luciano, no grupo Urussanga + Cultura, que povos colonizadores aqui em Urussanga se restringe apenas aos italianos, mas tem os negros, os índios e outros. Dá a impressão de que essa categoria tenha sido um pouco que direcionada. Entranharam porque por nenhum momento tudo isto foi discutido com o Conselho. Lembraram da reunião que tiveram com o Prefeito e o Xixo, quando o Xixo falou que os editais seriam por prêmios. Os prêmios não têm contrapartida, é prêmio e deu. O fazedor de cultura ganha e a população? Não vai ter contrapartida? Ficamos preocupadas com essa colocação. Continuando falaram da categoria de auxílio para espaços no valor de R$ 4.500,00. Como vai funcionar? Como prêmio? Se analisarmos o edital, o mesmo pede para escrever um projeto, não é adequado. Tem que ter um específico para aquela categoria. Questionaram sobre o item do edital ao qual não cabe recurso. Todo edital cabe recurso. Nesse edital tem coisas sérias que precisam ser resolvidas com urgência, pois não podemos correr o risco de perder o recurso. A presidente colocou que a equipe do comitê se reuniu o fim de semana inteiro para poder ajudar os interessados. Expuseram a preocupação quanto ao item que fala da não utilização do recurso no item 14.1 do edital “Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria com maior número de inscritos”. Segundo a presidente isto é inconstitucional segundo o MINC. Em relação aos colonizadores, e os índios? Adroaldo colocou que talvez não tenha sido intencional e sim desconhecimento pelo fato de não ter sido colocado cultura de imigração, então é questão de ajeitar. Realmente esse edital está muito mal feito e torce para que se tenha prazo, finaliza. A presidente coloca que na realidade são duas coisas: uma é a retificação do contexto num todo dos dois editais. Esse acréscimo que foi feito desrespeita todo o trabalho do comitê, até porque diz respeito às oitivas, e a outra é a prorrogação para que os interessados possam participar. Adroaldo complementa dizendo que quem já tem um pouco de conhecimento na área já não é fácil, imaginem para quem está chegando agora. Paulo Henrique informou que a equipe está sentando para ajustar todas essas colocações. A Presidente informou ao secretário que as sugestões já foram enviadas para a Michele e provavelmente ela já deve ter encaminhado ao setor cultural. Solicita ao secretário averiguar até porque Michele acompanhou todo o processo, desde o início juntamente com a Diretora Renata. O Secretário se justifica mais uma vez dizendo que estão chegando agora e estão se ajustando, diz que a demanda é grande e que não vão deixar passar, mas pede compreensão. Manas contribuíram dizendo que as oitivas não refletiram todo o potencial do Município, que as instituições precisam do chamamento público e do apoio da gestão para dar um suporte e estimulando assim, a colocarem seus projetos. Paulo Henrique perguntou de quanto tempo se precisa para essa prorrogação. Aproveitou dando exemplo de Tubarão com 200.000 habitantes, teve apenas 70 projetos, então que proporcional a cota hoje Urussanga, é interessante ter esse parâmetro. Manas colocaram sobre o edital do Estado e disseram que foi vergonhoso ter só dois projetos de Urussanga e isto se dá em virtude de não ter apoio da gestão para os interessados. Vanessa colocou em relação as documentações que o tempo é curto para correr atrás dessas exigências. Paulo Henrique aproveitou para apresentar Andreia Debiasi, proprietária da empresa que está à frente dos editais para que a mesma esclareça todas essas dúvidas. Andreia se apresentou e agradeceu a oportunidade de poder participar da reunião do Conselho. Pediu licença para explanar um pouco de todo o processo dos editais. Disse que está representando da empresa Debiasi soluções educacionais de Orleans. Deixou claro a idoneidade da empresa e explanou todo seu currículo, deixando claro que está a mais de vinte anos nessa trajetória estudando e se especializando, que trabalhou dezessete anos na Unversidade Barriga Verde – UNIBAVE de Orleans. Portanto, se acha com experiência e apta para estar dentro de todo esse processo dos editais. Parabenizou os membros do Conselho e do Urussanga + Cultura, dizendo que recebeu toda documentação e está encantada com a organização, estruturação e com todo o movimento que foi feito. Disse também que é batalhadora da cultura, dá assessoria a outros Municípios, que não tem partido político e está aí porque foi contratada para assessorar. Parabenizou mais uma vez toda essa organização. A lei nem tinha sido sancionada ainda e o grupo já estava com tudo pronto, trouxeram as demandas, criaram o grupo Urussanga mais Cultura, elogiou dizendo que esse grupo é exemplo para outros Municípios da região. Relatou em relação aos prazos dizendo que os editais tiveram que ser lançados em virtude da pressão do Xixo, Paulinho e da Michele para divulgar o edital, depois seriam feitas as retificações, porque a lei permite isso. Se não tivesse sido publicado no dia vinte e nove de novembro, o recurso teria que ser devolvido, pontuou. Relatou também, que é bastante humilde para ouvir os conselheiros e em relação aos editais, já foram pontuadas todas as demandas, para a gestão. Quanto ao pedido do conselho em dar mais transparência, precisávamos tramitar um pouco mais. Em momento algum foi restringido e sim procurado dar clareza para que a sociedade veja os recursos de cada área. Deixou claro que estão abertos aos ajustes necessários e aceitam detalhamentos sem problema algum, é só se adequar. Outro ponto da solicitação do conselho foi em relação as contratações, disse que conversou com o Mauro e foi criado um link e se os conselheiros quiserem ver toda a documentação da empresa e de todos os envolvidos que comprovem a capacidade técnica, estará à disposição. E se quiserem que seja encaminhada ao link, será feito. A Presidente frisou que é fundamental que encaminhe toda essa documentação, até porque ficará disponível para toda a população. A sua filosofia de vida é, “toda informação é a melhor arma contra preconceito, contra retaliações e outras situações desnecessárias”. Quanto mais informação a população tiver, mais ela vai entender de como é o processo, como a gestão está fazendo, como a empresa está fazendo, só assim a coisa vai fluir, que é necessário toda essa documentação com os currículos e portfólios de cada profissional, da empresa e principalmente dos pareceristas, pontuou. Andreia comentou que a Lei Paulo Gustavo prevê os tipos de contratações e a dos pareceristas existem vários níveis e o setor público de Urussanga optou por esse tipo. “Outra exigência, era que os pareceristas fossem de fora do Município e foi o que fizemos.” Manas perguntaram se a lei prevê recursos para a estruturação como por exemplo, de equipamentos. “Porque não temos uma sala de cinema, um anfiteatro ou uma sala de exposição”. Questionaram se foi previsto tudo isto. Vanessa aproveitou para também questionar, até porque segundo a conselheira, ela está ajudando a fazer um projeto para a Pró Goethe e tem essas exigências “de ter oito eventos”. “O recurso mal dá para comprar os equipamentos, é muita coisa”, pontuou. A Presidente explanou à equipe da secretaria de cultura, dizendo que o importante nesse momento é que já se prontificaram em fazer as retificações no edital e ampliar o prazo de entrega dos projetos e isso é o que o Conselho, o comitê, o Urussanga + cultura e a sociedade precisavam saber. Andreia elencou mais um ponto das demandas que é em relação aos recursos, que realmente cabe e será se alterado. Se prontificou juntamente com a gestão municipal de alterar os editais com as demandas e publicar dentro do prazo. Vanessa questionou em relação ao que o edital diz sobre a assinatura do contrato que a mesma deve ser presencialmente, querendo saber o porquê dessa exigência, já que existe a assinatura digital. Andreia colocou que a lei não prevê que a assinatura pode ser digital ou em formato presencial, portanto o setor público não pensou em restringir e sim para que os interessados conseguissem assinar em tempo hábil, porque precisa-se fazer o empenho para não perder o recurso, e que o foco maior é que esse dinheiro esteja na conta de vocês que fazem cultura. Concorda que fazer projeto é difícil. Vanessa questionou também, em relação aos projetos enviados em áudio-vídeos pelas pessoas sem escolaridade e que não tem condições de fazer um vídeo e mandar um e-mail, como fica? Sugere a equipe que se faça oralmente para dar a oportunidade de participar do edital. Andreia acatou a ideia e colocou que para essa lei fica difícil, muito em cima da hora, mas é uma sugestão para a próxima lei. Manas aproveitaram para sugerir para o próximo edital, uma das alternativas para auxiliar os interessados seria uma capacitação. Solicitaram a retirada nesse primeiro momento, as cartas de anuências, deixando para o final, caso o proponente seja selecionado. A preocupação de Andreia é o tempo hábil para o empenho. Depois de uma determinada data a Prefeitura não consegue mais. Acatou a ideia da assinatura de presencial para digital, dizendo que tem como fazer essas mudanças. Ana Paula disse que não adianta recorrer ao passado porque teoricamente as exigências já foram e realmente este conselho trabalhou forte para que existisse uma secretaria e uma diretoria, “esse foi o empenho do conselho em termos de organização”. Sabemos que tem pontos ajustáveis, finalizou. Manas pedem que sejam alteradas até o fim de semana e que os documentos sejam solicitados depois que o proponente seja selecionado. Andreia pede que o conselho faça por escrito todos os apontamentos destas demandas e encaminhem para a empresa. A presidente ficou de encaminhar por escrito as demandas diretamente para a representante da empresa Andreia. Lembrou da árvore do pau Brasil que caiu e que poderia ser reaproveitado e apresentado nas escolas. Sergio expôs aos conselheiros que o pau brasil é o símbolo do parque municipal, e sugeriu na reunião passada e frisou nesta para que o conselho de cultura usasse esse símbolo nas escolas para que os alunos tenham acesso e o conhecimento sobre esta árvore rara. Relembrou das demandas que a Câmara de Vereadores explana semanalmente e não são cumpridas, assim, como outros setores da prefeitura. Cobrou do conselho e do Secretário de cultura que cumpra o que foi solicitado no ofício nº 014 de 07 de novembro, que se refere às demandas. Se não cobrarmos o que foi solicitado fica a impressão de que as coisas vão se acumulando e nunca serão feitas. Gilmar perguntou para a representante da empresa como será remanejado o valor financeiro de uma determinada categoria do edital e que não aparecerá projeto. Andreia explanou que a lei prevê que pode remanejar o valor de um inciso para o outro, ou seja se não tiver projetos para aquela categoria ele poderá ser remanejado para o outro inciso no mesmo edital. Agora se não aparecer projeto para um determinado edital e que os recursos não voltem para o governo federal, será lançado um outro edital da mesma área tentando reajustar as categorias. Vanessa perguntou se por ventura ninguém se inscrever em virtude do prazo curto. Não daria para lançar um novo edital? Andreia expõe que o prazo que tem neste momento é curto, então para este ano é complicado por causa dos empenhos. Fez a proposta da alteração da lei conforme as solicitações e um prazo maior para dar um pouco mais de folego para esta semana. A Presidente deu as boas-vindas a nova diretora da cultura Liz Zapelini De Bona e solicitou que a mesma se apresentasse. Liz agradeceu e informou que faz apenas dois dias que assumiu a diretoria. Disse que gosta de trabalhar com a cultura e que está à disposição para quaisquer eventualidades. A conelheira Marcia colocou que Liz tem um conhecimento muito grande em relação à cultura e que com certeza veio para contribuir. Foi dado espaço também para o novo diretor de turismo, Gilmar informou que está afastado da presidência da Pró Goethe, em virtude de ter assumido a Diretoria do Turismo e quem assumiu a associação foi Guilherme Quarezemin. Falou da vindima que levou uma pessoa especializada na Câmara de Vereadores para falar sobre os Vales da Uva Goethe, que os vales da uva Goethe compreendem sete Municípios. As pessoas têm que saber sobre esse assunto e entender que não é só Urussanga. Pediu mais união em prol do Município e menos política partidária e que as pessoas entendam que não é só depender do setor público, cada um tem que fazer a sua parte. A presidente aproveitou a oportunidade para solicitar pressão do Diretor de Turismo em relação a alteração da lei, que Gilmar entrou com um projeto de lei quando estava na Câmara e está na mão do prefeito para sancionar, e até a data desta reunião ainda não foi sancionada. A presidente frisou que sem o fundo e o plano o dinheiro não entra para o Turismo do Município. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.